



Estado do Rio de Janeiro  
Município de Macaé  
Instituto de Previdência Social  
Comissão de Análise e Avaliação dos Processos de  
Concessão de Benefícios em Matéria  
Previdenciária de Complexidade



**ATA Nº 41/2025 – Comissão de Análise e Avaliação dos Processos de Concessão de Benefícios em Matéria Previdenciária de Complexidade – 10/11/2025** - Ata de

Reunião da Comissão Previdenciária do Instituto de Previdência Social do Município de Macaé – Macaeprev, inscrito no CNPJ sob o n.º 03.567.964/0001-04, sediado à Rua Tenente Rui Lopes Ribeiro, duzentos e noventa e três, Centro, Macaé, Rio de Janeiro, realizada às dezessete horas do dia dez de novembro de dois mil e vinte e cinco, na qual reúnem-se os membros da Comissão Previdenciária instituídos através da portaria de nomeação nº 001/2025 do Macaeprev: **Adilson Gusmão dos Santos (Presidente), Carolina Quintino Teixeira Benjamin, Daniel Barros Valdez, Héli da Márcia da Costa Mendonça Damasceno, Jessé Silveira de Souza Junior, Priscila Rosemere Bassan de Mello Vasconcellos, Rodrigo de Oliveira Cavour, Túlio Marco Castro Barreto.**

**ABERTURA:** Foi realizada a chamada pelo Presidente **Dr. Adilson Gusmão dos Santos** estando todos os membros presentes. Logo após, foi tratado o seguinte tema: **Processo Administrativo nº 311.408/2025, Ofício Digital nº 4.318/2025 – Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas – Lei nº 4.324/2017 - CEMEAS. INTRODUÇÃO** – O presidente, **Dr. Adilson Gusmão** relatou que foi encaminhado pelo Presidente do Macaeprev conforme despacho de folha 27, conforme transcrito: *“Prezados membros da Comissão. Considerando o despacho exarado pelo Diretor Previdenciário, no qual encaminhou para a presidência a resposta contida no Ofício Digital nº 17.249/2025, encaminhado pela Diretoria Previdenciária. Considerando a importância e urgência da matéria e a complexidade da matéria, especialmente no que tange à dúvida quanto à possibilidade de conceder aposentadoria com redutor no tempo de contribuição e idade para aqueles servidores lotados no CEMAES a necessidade de uma manifestação célere para garantir a isonomia no tratamento de casos semelhantes, solicito que este assunto retorne em pauta após o recebimento dos ofícios em folhas 24 a 26. Conto com a colaboração e celeridade de todos para a resolução desta questão.”* O Presidente relembra a todos que o processo em tela já foi pautado, conforme a Ata nº 34/2025, de onze de setembro de 2025 (11/09/2025). Naquela ocasião, concluiu-se que o devido processo estava sobrestado, com a determinação de diligências externas. Em seguida, a palavra foi passada para a membro **Priscila Vasconcellos**, que realizou a verificação da sugestão feita por esta comissão, destacando os seguintes pontos: **1) Acostado à folha 22, encontra-se o despacho exarado**





Estado do Rio de Janeiro  
Município de Macaé  
Instituto de Previdência Social  
Comissão de Análise e Avaliação dos Processos de  
Concessão de Benefícios em Matéria  
Previdenciária de Complexidade



32 pelo Presidente, datado de 18 de setembro de 2025, conforme transcrito. "À Diretoria  
33 Previdenciária, em seguimento ao sobrestamento do Processo Administrativo, conforme a  
34 Ata nº 34, de 11 de setembro de 2025, solicito que seja verificado junto a esta Diretoria se já  
35 houve o encaminhamento de ofício digital à Secretaria de Educação, visando ao  
36 atendimento da conclusão da Comissão de Assuntos Complexos."; 2) Acostado em folhas  
37 23, datado em 14 de outubro de 2025, transcrito: "À PRESIDÊNCIA, Prezado Sr. Presidente,  
38 Considerando a manifestação da Comissão de Análise e Avaliação dos Processos de  
39 Concessão de Benefícios em Matéria Previdenciária de Complexidade, conforme consta em  
40 Ata nº 34/2025, anexa às fls. 19 a 21;" 3) Acostado em folhas 24, cópia do ofício digital nº  
41 331/2025, datado em 15 de setembro de 2025, da Diretoria Previdenciária a secretaria de  
42 educação conforme transcrito: "Prezado Sr. Secretário, Cumprimentando-o cordialmente,  
43 solicitamos, por meio deste, informação acerca da natureza educacional do Centro Municipal  
44 de Atendimento Especializado ao Escolar – CEMEAES. Em especial, solicitamos que esta  
45 Secretaria esclareça se o CEMEAES é considerado formalmente estabelecimento de  
46 educação básica, compreendendo a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino  
47 médio, em seus diversos níveis e modalidades. Sem mais para o momento, renovamos  
48 votos de elevada estima e consideração."; 4) Acostado em folhas 25, Ofício digital nº  
49 17.249/2025 da Secretaria Municipal de Educação no qual o Secretário respondendo ao  
50 ofício digital 331/2025, conforme transcrito: "Prezado Diretor do Instituto de Previdência  
51 Social do Município de Macaé – MACAEPREV, cumprimentando-o cordialmente, venho, em  
52 atenção aos termos do ofício em referência, reportar as informações prestadas pela  
53 Coordenadoria de Legislação, Normas e Supervisão de Ensino da Secretaria Municipal de  
54 Educação sobre o questionamento formulado sobre o fato de o CEMEAES ser considerado  
55 formalmente um estabelecimento de educação básica. Nesse sentido, declaro que a Lei  
56 Municipal Complementar nº: 329/2025, que alterou a Lei Complementar Municipal nº:  
57 269/2017, define e qualifica o CEMEAES – Centro Municipal de Educação e Atendimento  
58 Especializado ao Escolar – como unidade escolar de âmbito do Município de Macaé-RJ. O  
59 reconhecimento do CEMEAES como unidade educacional já havia sido declarado e  
60 instituído através da Lei Municipal nº: 4.324/2017, que unificou a aprovação do regulamento  
61 do Centro Municipal de Educação e Atendimento Especializado ao Escolar – CEMEAES.  
62 Inclusive, o Art. 3º da Lei Municipal nº: 4.324/2017 declara que: "os profissionais que





Estado do Rio de Janeiro  
Município de Macaé  
Instituto de Previdência Social  
Comissão de Análise e Avaliação dos Processos de  
Concessão de Benefícios em Matéria  
Previdenciária de Complexidade



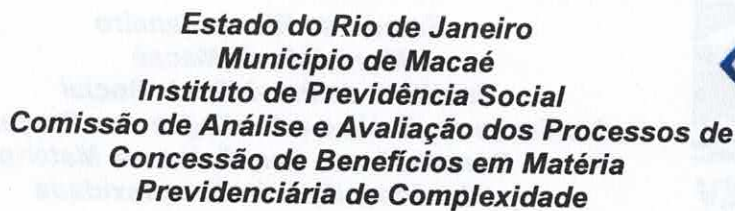
63 integram o Quadro dos Profissionais do Magistério que estiverem exercendo atividades  
64 docentes e de suporte pedagógico direto ao exercício de docência no CEMEAES gozarão  
65 dos mesmos direitos dos profissionais do magistério em exercício nas demais unidades  
66 escolares da Rede Municipal de Ensino de Macaé, observada a legislação em vigor.” Desse  
67 modo, prestados os devidos esclarecimentos sobre a natureza institucional das unidades  
68 escolares que compõem a estrutura organizacional do CEMEAES, aproveito o ensejo para  
69 estimar votos de elevada estima e distinta consideração. Em Anexo (fl. 26) ao Ofício Digital  
70 nº 17.249/2025 – documento destinado à Coordenadoria de Assuntos Jurídicos, Resposta  
71 ao Ofício nº 331/2025. Em atendimento à solicitação encaminhada por meio do Ofício Digital  
72 nº 331/2025, que requer esclarecimentos acerca da natureza educacional do Centro  
73 Municipal de Educação e Atendimento Especializado ao Escolar – CEMEAES, cumpre  
74 informar o que segue: O CEMEAES foi instituído pela Lei Municipal nº 1.929/1999 e  
75 regulamentado pela Lei Municipal nº 4.324/2017, sendo unidade educacional de  
76 atendimento especializado vinculada à Secretaria Municipal de Educação de Macaé. Nos  
77 termos do art. 2º da Lei nº 4.324/2017, o CEMEAES tem como finalidade ofertar atendimento  
78 complementar e suplementar aos alunos matriculados nas Unidades Escolares da Rede  
79 Municipal de Ensino, especialmente aos alunos público-alvo do Atendimento Educacional  
80 Especializado – AEE e NEE (Necessidades Educacionais Especiais). Portanto, trata-se de  
81 uma unidade de apoio pedagógico especializado, que atua de forma interdisciplinar,  
82 promovendo estratégias diferenciadas para assegurar a permanência, participação e  
83 aprendizagem dos estudantes público-alvo da Educação Especial no ensino regular.  
84 Ressalte-se que, conforme disposto na legislação municipal, o CEMEAES mantém registro  
85 próprio de matrícula (§1º do art. 2º), todavia, sua natureza é de órgão complementar e  
86 suplementar, não sendo considerado estabelecimento de ensino formal de Educação  
87 Básica, nos termos da LDB nº 9.394/1996. A matrícula principal dos estudantes permanece  
88 nas unidades escolares regulares, cabendo ao CEMEAES desenvolver ações de suporte  
89 especializado, em consonância com a Política Nacional de Educação de Educação Especial.  
90 Dessa forma, o CEMEAES não integra diretamente a oferta de Educação Infantil, Ensino  
91 Fundamental ou Ensino Médio como unidade autônoma, mas sim como serviço educacional  
92 especializado e articulado à rede de ensino.” 5) Os membros ressaltam que analise a todo  
93 exposto cabe o seguinte esclarecimento: Em análise do Processo nº 311.408/2025, e após

3



94 receber os esclarecimentos da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) por meio do  
95 Ofício Digital nº 17249/2025 e anexo (fls. 25-26), este parecer visa determinar a  
96 aplicabilidade da redução nos requisitos de idade e tempo de contribuição para  
97 aposentadoria (benefício do professor) ao tempo de serviço exercido no Centro Municipal de  
98 Educação e Atendimento Especializado ao Escolar (CEMEAES). Quanto aos requisitos para  
99 aposentadoria com a redução do tempo e idade essa comissão esclarece a quem possa  
100 interessar que a regra de redução de requisitos para aposentadoria, prevista na Constituição  
101 Federal (CF), Art. 201, § 8º, e nas Emendas Constitucionais, destina-se exclusivamente a  
102 quem comprove tempo de efetivo exercício da função de magistério na Educação Infantil, no  
103 Ensino Fundamental e no Ensino Médio. A legislação e a jurisprudência consolidaram que  
104 essa função deve ser desempenhada em estabelecimento de ensino regular. A Lei  
105 Complementar Municipal nº 138/2009 (regime previdenciário municipal) reitera essa  
106 exigência ao fixar a redução para o professor que comprove o exercício da função de  
107 magistério conforme a disposição legal, que remete ao conceito de ensino básico regular.  
108 Quanto a Natureza Educacional do CEMEAES, se esclarece que a documentação  
109 apresentada pela SEMED (fls. 26) é clara ao definir que o CEMEAES possui uma natureza  
110 complementar e suplementar (Atendimento Educacional Especializado – AEE) e não se  
111 constitui como um estabelecimento de ensino formal da Educação Básica autônoma nos  
112 termos da LDB. Portanto, o serviço prestado no CEMEAES não cumpre o requisito  
113 constitucional de exercício da função de magistério em ensino regular. É fundamental  
114 distinguir a competência administrativa/funcional do Município da competência  
115 previdenciária. **Competência Administrativa:** As Leis Municipais (como a Lei 4.324/2017)  
116 definem o CEMEAES como unidade escolar e equiparam os direitos funcionais e  
117 administrativos dos seus profissionais aos do magistério regular. Isso permite que a  
118 Secretaria de Gestão de Pessoas (SEMGESP) conceda direitos como o pagamento da  
119 Regência de Classe e outros benefícios concedidos a classe de profissionais lotados no  
120 CEMEAES. Esses direitos são internos e válidos na esfera municipal. **Competência**  
121 **Previdenciária:** O Art. 22, inciso XXIII, da Constituição Federal estabelece que a **União**  
122 possui competência privativa para legislar sobre normas gerais de **Previdência Social**. Isso  
123 significa que as regras que definem quem tem direito à **redução nos requisitos de**  
124 **aposentadoria** (o chamado benefício do professor, previsto no Art. 201, § 8º da CF) são





fixadas em nível **federal e constitucional**, limitando a atuação dos municípios. A lei municipal, ao estender os "mesmos direitos" previdenciários a um tempo de serviço que, por sua natureza (complementar/suplementar), não se enquadra na definição constitucional, está sobrepondo-se indevidamente à legislação federal e constitucional, além de não contribuir para equilíbrio financeiro e atuarial. Prevalece, para fins de aposentadoria, o dispositivo constitucional. O tempo de serviço comprovadamente exercido no CEMEAES não cumpre o requisito de lotação em estabelecimento de ensino regular exigido para a redução de idade e tempo de contribuição. Recomendação: O tempo de contribuição referente ao exercício no CEMEAES deve ser computado na regra geral de aposentadoria, e não na regra diferenciada (reduzida) do professor. **CONCLUSÃO:** Diante de todo o exposto, por unanimidade, os membros da Comissão deliberam e sugerem o encaminhamento desta Ata à **Secretaria de Gestão de Pessoas (SEMGESP)**, para ciência e adoção das providências necessárias, acompanhada do seguinte esclarecimento: **1) A decisão desta Comissão não se trata de um ato discricionário** de não querer aplicar a redução nos requisitos de aposentadoria aos profissionais lotados no CEMEAES. Pelo contrário, trata-se da **correta e imperativa aplicabilidade da legislação previdenciária de nível superior**, respeitando a **hierarquia das normas**. **2) O benefício da redução no tempo de contribuição e idade, previsto no Art. 201, § 8º da Constituição Federal e na Lei Complementar Municipal nº 138/2009, se restringe exclusivamente** aos profissionais cujo tempo de serviço foi prestado em **estabelecimento de ensino regular** da Educação Básica. **3) Conforme atestado pela própria Secretaria de Educação (fls. 26), o CEMEAES possui natureza complementar e suplementar e não se enquadra** nesta categoria. Portanto, qualquer lei municipal que tente estender a regra de redução previdenciária a esta função estaria em **desacordo com o comando constitucional federal**, o qual prevalece. **4) Recomendação Final:** O tempo de contribuição referente ao exercício no Centro Municipal de Educação e Atendimento Especializado ao Escolar (CEMEAES) deve ser computado na **regra geral de aposentadoria**, sendo indeferida a aplicação da redução prevista para a função de magistério. Nada mais havendo, às dezoito horas e vinte minutos foi dada como encerrada esta reunião, na qual eu, Priscila Rosemere Bassan de Mello Vasconcellos, lavrei a presente Ata sendo assinada por mim e pelos demais Membros presentes que estão de acordo com a presente.



Estado do Rio de Janeiro  
Município de Macaé  
Instituto de Previdência Social  
Comissão de Análise e Avaliação dos Processos de  
Concessão de Benefícios em Matéria  
Previdenciária de Complexidade



156

157

158

159 **Adilson Gusmão dos Santos**

160

161

162 **Carolina Quintino Teixeira Benjamin**

163

164

165 **Daniel Barros Valdez**

166

167

168 **Hélida Márcia da C. Mendonça Damasceno**

**Jessé Silveira de Souza Junior**

**Priscila Rosemere B. de M. Vasconcellos**

**Rodrigo de Oliveira Cavour**

**Túlio Marco Castro Barreto**